



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO UNIVERSAL DE OFERTA DE
POSTOS PÚBLICOS

Entre:

1.º O Estado Português, representado neste ato por Sua Excelência o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, no uso das competências que lhe foram delegadas nos termos do disposto no Despacho n.º 15624-A/2013, de Sua Excelência o Ministro da Economia, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 231, de 28 de novembro, doravante designado por “Estado” ou “Contraente Público”;

e

2.º A PT Comunicações, S. A., sociedade anónima com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 504615947, com o capital social de €1.150.000.000,00 representada neste ato por Luís Miguel da Fonseca Pacheco de Melo e Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão, na qualidade de administradores e com poderes para o ato, doravante designada por “PT Comunicações” ou “Cocontratante”.

Considerando que:

- (a) Por Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012, de 22 de maio, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2012, de 6 de agosto, o Estado tomou a decisão de, através de três concursos limitados por prévia qualificação, selecionar o prestador ou prestadores do serviço universal de comunicações electrónicas, constituído, nos termos do artigo 87.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei n.º 42/2013, de 3 de julho (Lei das Comunicações Eletrónicas) pela ligação a uma rede de comunicações pública num local fixo e prestação de um serviço telefónico através dessa ligação, pela oferta adequada de postos públicos e pela disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas;

- (b) Os três concursos limitados por prévia qualificação foram lançados, tendo as respetivas peças sido aprovadas através da Portaria n.º 318/2012, de 12 de outubro;
- (c) Por meio da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66-A/2013, de 18 de outubro, o Estado determinou a adjudicação, no âmbito do concurso limitado por prévia qualificação para a seleção da empresa ou empresas a designar para a prestação do serviço universal de oferta de postos públicos, à PT Comunicações, para todos os lotes identificados no Anexo 1 do respetivo programa do procedimento;
- (d) A PT Comunicações prestou caução mediante garantia bancária, no montante de €616.650,00 (seiscentos e dezasseis mil seiscentos e cinquenta euros) para garantia da celebração do contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas com a contratação;
- (e) A repartição dos encargos inerentes ao presente contrato foi autorizada de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012, de 22 de maio, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2012, de 6 de agosto, sendo tais encargos suportados nos termos do disposto no artigo 97.º da Lei das Comunicações Eletrónicas e na Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procedeu à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas;
- (f) A minuta do presente contrato foi aprovada por Sua Excelência o Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, no uso das competências que lhe foram delegadas de acordo com o disposto no Despacho n.º 15624-A/2013, de Sua Excelência o Ministro da Economia, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 231, de 28 de



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

novembro, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98.º do CCP;

É mutuamente acordado e livremente aceite o presente contrato para a prestação do serviço universal de oferta de postos públicos, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.ª

Definições

No presente contrato e respetivos anexos, e salvo se do contexto resultar sentido diverso, os termos abaixo indicados terão o seguinte significado:

- a) **Caderno de Encargos:** o caderno de encargos que integra o procedimento de concurso limitado por prévia qualificação para a seleção da empresa ou empresas a designar para a prestação do serviço universal de oferta de postos públicos, aprovado pela Portaria n.º 318/2012, de 12 de outubro;
- b) **CCP:** o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- c) **Concurso:** o concurso limitado por prévia qualificação para a seleção da empresa ou empresas a designar para a prestação do serviço universal de oferta de postos públicos, cujas peças foram aprovadas pela Portaria n.º 318/2012, de 12 de outubro;
- d) **LCE:** a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, e subsequentemente alterada pela Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei n.º 42/2013, de 3 de julho, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos e serviços conexos e define as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio (Lei das Comunicações Eletrónicas);
- e) **Lei do Fundo de Compensação:** a Lei n.º 35/2012, de 23 de agosto, que procede à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas em conformidade com o previsto na LCE, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal;



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

f) Partes: o Contraente Público e a PT Comunicações, e "Parte" cada um deles.

Cláusula 2.^a

Anexos

Fazem parte integrante do presente contrato os seguintes anexos:

Anexo 1: Áreas Geográficas de Disponibilização do Serviço;

Anexo 2: Especificações de Serviço;

Anexo 3: Parâmetros de Qualidade de Serviço e Objetivos de Desempenho;

Anexo 4: Informação a remeter ao ICP-ANACOM;

Anexo 5: Projeto Técnico apresentado pela PT Comunicações.

Cláusula 3.^a

Epígrafes e Remissões

1. As epígrafes utilizadas no presente contrato e nos seus anexos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações contratuais deles emergentes, nem constituindo suporte para a interpretação ou integração do presente contrato ou daqueles documentos.
2. As remissões, ao longo do presente contrato, para cláusulas ou alíneas são referentes aos números ou alíneas do clausulado do mesmo contrato, salvo se do contexto resultar sentido diferente.

Cláusula 4.^a

Disposições por que se rege o contrato

1. O contrato é composto pelo presente clausulado e os seus anexos.
2. O presente contrato integra ainda os seguintes elementos:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

- a) Suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos;
 - b) Esclarecimentos e retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) Caderno de Encargos;
 - d) Proposta adjudicada da PT Comunicações para os três lotes do Concurso;
 - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela PT Comunicações.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
 4. Ocorrendo divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos e aceites de acordo com o disposto nos artigos 99.º a 101.º do CCP.
 5. Em tudo o que não se encontrar previsto no contrato e nos elementos que o integram são aplicáveis as disposições da LCE, da Lei do Fundo de Compensação e do CCP.

Capítulo II

Do contrato

Cláusula 5.ª

Objeto

1. O presente contrato tem por objeto a disponibilização ao público em geral do serviço universal de oferta de postos públicos, a um preço e com qualidade de serviço definidos, em moldes que permitam o estabelecimento de chamadas telefónicas, o acesso gratuito aos vários sistemas de emergência e o acesso a um serviço completo de informações de listas nos termos definidos na alínea c) do n.º 3 do artigo 90.º da LCE, bem como a disponibilização de ofertas específicas necessárias a assegurar o acesso e utilização dos postos públicos por utilizadores finais com deficiência, de modo equivalente aos restantes utilizadores finais.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

2. As prestações do serviço universal referidas no número anterior são disponibilizadas nas áreas geográficas indicadas no Anexo 1 do presente contrato, correspondentes às áreas abrangidas na proposta adjudicada e que abarcam a totalidade do território nacional, tendo em conta a quantidade e densidade de postos públicos estabelecidas no Anexo 2 do presente contrato.
3. Na disponibilização das prestações que são objeto do presente contrato, a PT Comunicações deve observar as especificações de serviço, os parâmetros de qualidade de serviço, os objetivos de desempenho e as obrigações de informação a remeter ao ICP-ANACOM previstos nos Anexos 2 a 4 do presente contrato.
4. O disposto no número anterior não prejudica que o ICP-ANACOM, para acompanhamento do mercado, fins estatísticos e ou verificação do cumprimento do disposto no contrato, possa solicitar à PT Comunicações outras informações.
5. Na prestação do serviço universal a PT Comunicações deve, em conformidade com previsto no artigo 93.º da LCE, assegurar a acessibilidade de preços, nos termos definidos no Anexo 2 do presente contrato.
6. As disposições do presente contrato não prejudicam as competências conferidas pela LCE ao ICP-ANACOM, nomeadamente em matéria de preços, qualidade de serviço e medidas específicas para utilizadores com deficiência, nem o carácter vinculativo das determinações que, no exercício daquelas competências, sejam proferidas por aquela Autoridade.

Cláusula 6.ª

Prazo do contrato e início da prestação dos serviços

1. A entrada em vigor do presente contrato encontra-se sujeita a visto pelo Tribunal de Contas ou, em alternativa, confirmação escrita, clara e inequívoca, emitida pelo Tribunal de Contas, declarando não ser necessária a obtenção do visto.
2. O contrato entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à data em que o Estado comunique por escrito à PT Comunicações a obtenção de visto pelo Tribunal de Contas ou a confirmação escrita, clara e inequívoca, emitida pelo Tribunal de Contas, declarando não



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

ser necessária a obtenção do visto e tem um prazo de duração de 5 anos contados da data de início da prestação dos serviços que constitui o seu objeto.

3. A PT Comunicações fica obrigada a iniciar a prestação dos serviços objeto do contrato na data da sua entrada em vigor.

Cláusula 7.^a

Deveres gerais das Partes

1. As Partes obrigam-se reciprocamente a cooperar e a prestar diligentemente toda a assistência e auxílio que lhes sejam razoavelmente exigidos, com vista ao bom desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato.
2. Compete à PT Comunicações requerer, custear, obter e manter em vigor todas as licenças e autorizações necessárias ao integral cumprimento das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que a tal sejam necessários.
3. A PT Comunicações deve informar, de imediato, o Contraente Público e o ICP-ANACOM no caso de qualquer das licenças a que se refere o número anterior lhe ser retirada, caducar, ser revogada ou por qualquer motivo deixar de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais licenças em vigor.
4. Ao longo de todo o período de vigência do contrato, a PT Comunicações obriga-se a:
 - a) Prestar os serviços contratados de acordo com as especificações de serviço e objetivos de desempenho constantes dos Anexos 2 e 3, assegurando a sua interoperabilidade, continuidade, disponibilidade, permanência e qualidade, sem prejuízo do disposto nos números 5 e 6 da presente cláusula;
 - b) Dar imediato conhecimento ao Contraente Público e ao ICP-ANACOM de qualquer evento que possa condicionar o desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato e ou prejudicar, impedir ou tornar mais oneroso o cumprimento pontual e atempado de qualquer das obrigações por si assumidas;



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

- c) Garantir e fazer respeitar o sigilo das comunicações efetuadas através dos serviços prestados, bem como a inviolabilidade das infraestruturas que os suportam;
 - d) Observar o Plano Nacional de Numeração nos termos fixados pelo ICP-ANACOM;
 - e) Fornecer informações ou elaborar relatórios específicos sobre aspetos relacionados com a execução do contrato, incluindo nomeadamente aspetos relacionados com a evolução tecnológica da rede de suporte, desde que solicitados por escrito pelo ICP-ANACOM;
 - f) Dar imediato conhecimento ao Contraente Público e ao ICP-ANACOM das medidas tomadas para resolução de condicionalismos que prejudiquem o normal cumprimento das obrigações de serviço universal;
 - g) Informar o Contraente Público e o ICP-ANACOM sobre quaisquer alterações que venham a ser introduzidas no respetivo pacto social;
 - h) Garantir, de forma apta e adequada, o funcionamento dos serviços objeto do presente contrato em situações de crise, emergência ou guerra, incluindo o acesso ininterrupto aos serviços de emergência;
 - i) Garantir a prestação dos serviços contratados em todo o território nacional, não devendo demonstrar preferência ou exercer discriminação relativamente a qualquer pessoa que os requeira;
 - j) Comunicar ao ICP-ANACOM a cedência da totalidade ou parte substancial dos ativos de rede de acesso com uma antecedência mínima de 90 dias relativamente à data prevista para a sua realização, nos termos do disposto nos n.ºs 6 a 8 do artigo 99.º da LCE.
5. Caso a PT Comunicações, na fase de execução do presente contrato, demonstre perante o ICP-ANACOM, de forma fundamentada, a incapacidade de cumprir o disposto na alínea a) do n.º 4 da presente cláusula, no que respeita ao prazo de início da recolha de dados para medição dos parâmetros de qualidade de serviço constantes do Anexo 3, essa circunstância será devidamente avaliada, salvaguardados os princípios da igualdade e da concorrência, podendo ser fixado, pelo ICP-ANACOM, novo prazo para o início dessa recolha de dados o qual não poderá ser superior ao prazo de 9 meses após a data de entrada em vigor do contrato.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

6. Quando, nos termos do número anterior, a PT Comunicações beneficie de novo prazo para o início da recolha de dados para medição da qualidade de serviço, no primeiro ano de execução do contrato apenas serão considerados para efeitos do cumprimento dos parâmetros de qualidade de serviço os dados recolhidos até ao termo desse ano.

Cláusula 8.ª

Caução a prestar no âmbito do contrato

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, incluindo as relativas ao pagamento das sanções contratuais, a PT Comunicações presta uma caução de 5 por cento do valor do financiamento constante da proposta adjudicada, no montante de €616.650,00 (seiscentos e dezasseis mil seiscentos e cinquenta euros).
2. A caução vigora por todo o período de duração do contrato e será liberada no seu termo, verificado o pontual e exato cumprimento das obrigações de serviço universal contratadas sem que haja lugar à aplicação de qualquer sanção contratual, nos termos do n.º 3 do artigo 295.º do CCP.
3. Se a PT Comunicações não cumprir as suas obrigações legais ou contratuais, o Contraente Público pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial ou arbitral, nos termos do artigo 296.º do CCP.
4. A execução parcial ou total da caução prestada pela PT Comunicações implica a renovação do respetivo valor no prazo de 15 dias após a notificação do Contraente Público para o efeito, nos termos previstos no artigo 296.º do CCP.

Cláusula 9.ª

Regime do risco

A PT Comunicações assume expressa, integral e exclusivamente a responsabilidade pelos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades integradas no objeto do contrato durante o prazo da sua duração, exceto quando o contrário resulte do presente contrato.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Cláusula 10.^a

Responsabilidade pela culpa e pelo risco

A PT Comunicações responde, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados a terceiros no exercício das atividades que constituem o objeto do contrato, pela culpa ou pelo risco.

Cláusula 11.^a

Responsabilidade por prejuízos causados por entidades contratadas

1. A PT Comunicações responde ainda, nos termos gerais da relação comitente/comissário, pelos prejuízos causados por entidades por si contratadas para o desenvolvimento de atividades compreendidas no objeto do contrato.
2. Constitui especial dever da PT Comunicações garantir e exigir a qualquer entidade com que venha a contratar que promova as medidas necessárias para o cabal cumprimento do contrato e salvaguarda da integridade dos utilizadores e do pessoal afeto à execução do contrato.

Capítulo III

Financiamento do Serviço Universal

Cláusula 12.^a

Valor do Financiamento dos Custos Líquidos do Serviço Universal

Pela prestação do serviço universal objeto do presente contrato a PT Comunicações tem direito a receber o montante global de €12.333.000,00 (doze milhões trezentos e trinta e três mil euros) correspondente ao valor do financiamento dos custos líquidos do serviço universal indicado na proposta adjudicada, para todo o período de vigência do contrato.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Cláusula 13.ª

Financiamento pela prestação do Serviço Universal

1. O financiamento do serviço universal obedece ao disposto nos artigos 95.º e 97.º da LCE, na Lei do Fundo de Compensação e no presente contrato, constituindo o valor constante da proposta adjudicada os custos líquidos do serviço universal a compensar, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do citado artigo 95.º da LCE.
2. A compensação dos custos líquidos do serviço universal é efetuada no prazo de 15 meses após o termo do ano civil a que se reportam os custos líquidos, sendo apurada nos termos do número seguinte.
3. Até ao termo do prazo referido no número anterior, a PT Comunicações tem direito a receber, a título de compensação pelos custos líquidos da prestação do serviço universal, $\frac{V \times D}{M}$ do valor do financiamento global indicado na proposta adjudicada, em que "D" corresponde ao número de dias de prestação do serviço no ano civil a que se reportam os custos líquidos e "M" corresponde ao número total de dias daquele ano civil.
4. A compensação a receber pela PT Comunicações não prejudica a obrigação que eventualmente sobre si recaia de contribuir para o fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas, nos termos definidos na Lei do Fundo de Compensação ou das normas que, em cada momento, regulem o financiamento dos custos líquidos do serviço universal de comunicações eletrónicas, em conformidade com o disposto no artigo 97.º da LCE.

Capítulo IV

Modificações do contrato

Cláusula 14.ª

Cessão da posição contratual pela PT Comunicações

1. A cessão da posição contratual por parte da PT Comunicações está sujeita ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP e 99.º da LCE e depende da prévia autorização do Contraente Público, precedida de parecer do ICP-ANACOM, não podendo em caso algum colocar em causa a manutenção das obrigações de serviço universal.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

2. Para efeitos da autorização do Contraente Público, a PT Comunicações deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos referidos nos números 31.1. e 31.2. do programa do Concurso, bem como demonstração de que a cessionária preenche os requisitos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos naquele documento.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta da PT Comunicações no prazo de 30 dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se a autorização tacitamente concedida se não for recusada nesse prazo.

Cláusula 15.^a

Fusão e cisão da PT Comunicações

1. A fusão e a cisão da PT Comunicações obedecem ao disposto no artigo 99.º da LCE e ficam sujeitas a prévia autorização do Contraente Público, a qual se considerará tacitamente concedida se não for recusada no prazo de 30 dias a contar da data do respetivo pedido, não podendo em caso algum tais operações colocar em causa a manutenção das obrigações de serviço universal.
2. À fusão e cisão da PT Comunicações é aplicável o disposto no n.º 2 da cláusula anterior, apenas podendo ser autorizada caso o Contraente Público considere demonstrado que a sociedade que em resultado da operação fica responsável pela prestação do serviço universal preenche os requisitos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos no programa do Concurso.
3. A autorização a que se refere o n.º 1 da presente cláusula deve ser precedida de parecer do ICP-ANACOM.

Cláusula 16.^a

Subcontratação

1. A PT Comunicações não pode, sem autorização do Contraente Público, recorrer à subcontratação de terceiras entidades para a prestação dos serviços que são objeto do contrato, a qual fica sujeita ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

2. A autorização para a subcontratação de terceiras entidades deve ser precedida de parecer do ICP-ANACOM, devendo considerar-se tacitamente concedida no prazo de 30 dias a contar do respectivo pedido caso não seja expressamente recusada.
3. No caso de celebração de contratos com terceiros, a PT Comunicações mantém os direitos e continua sujeita às obrigações decorrentes do contrato ou da legislação aplicável, responsabilizando-se perante o Contraente Público pelo cabal cumprimento do mesmo.
4. Não são oponíveis ao Contraente Público quaisquer pretensões, exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas pela PT Comunicações com terceiras entidades.

Cláusula 17.^a

Modificação do contrato

1. O contrato pode ser modificado nos termos previstos nos artigos 311.º e seguintes do CCP.
2. Quando haja lugar à renegociação do contrato, esta deve ser iniciada no prazo máximo de 45 dias após a data da verificação do evento que lhe dá origem.
3. A renegociação do contrato inicia-se com comunicação, realizada através de carta registada com aviso de receção, na qual são indicados os motivos em que se fundamenta o início do processo negocial e os objetivos que com o mesmo se pretendem alcançar.
4. Quando decorridos 6 meses sobre a data do início do processo de renegociação do contrato sem que seja alcançado acordo, pode qualquer das Partes submeter a questão ao tribunal arbitral previsto na cláusula 26.^a.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Capítulo V

Fiscalização do cumprimento do contrato

Cláusula 18.^a

Fiscalização pelo Contraente Público

1. Assiste ao Contraente Público, diretamente ou através do ICP-ANACOM, o poder de fiscalizar o cumprimento, pela PT Comunicações, das obrigações emergentes do contrato, podendo designadamente ordenar a realização de auditorias, vistorias e ensaios que permitam avaliar os termos e condições em que é assegurado o cumprimento das obrigações de serviço universal.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, a PT Comunicações deve prestar ao Contraente Público ou ao ICP-ANACOM toda a colaboração que lhe seja determinada, obrigando-se a facultar ao mesmo, ou a quem este indicar, livre acesso a todas as infraestruturas, equipamentos e instalações, bem como a todos os livros, registos e documentos relativos às atividades integradas no objeto do contrato, e prestará todos os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitados.
3. As determinações do Contraente Público ou do ICP-ANACOM que vierem a ser expressamente emitidas ao abrigo dos poderes de fiscalização são imediatamente aplicáveis e vinculam a PT Comunicações, sem prejuízo do recurso ao tribunal arbitral nos termos e com os fundamentos previstos nas cláusulas 25.º e 26.º.
4. Se a PT Comunicações não cumprir de forma exata e pontual as obrigações decorrentes do contrato por facto que lhe seja imputável, deve o Contraente Público notificá-la para cumprir dentro de um prazo razoável, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o Contraente Público tenha perdido o interesse na prestação, observando-se o disposto no artigo 325.º do CCP.
5. Quando a PT Comunicações não tenha respeitado as determinações emitidas pelo Contraente Público ou pelo ICP-ANACOM no âmbito dos poderes de fiscalização e direção, dentro do prazo que lhe for fixado, assiste ao Contraente Público a faculdade de proceder à correção da situação, diretamente ou através de terceiros, correndo os correspondentes custos por conta da PT Comunicações.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Capítulo VI

Incumprimento do contrato

Cláusula 19.^a

Sanções contratuais

1. Sem prejuízo da possibilidade de resolução do contrato nos termos do artigo 333.º do CCP e do disposto na legislação aplicável em matéria de responsabilidade contraordenacional, o Contraente Público pode, com observância do disposto nos artigos 325.º e 329.º do CCP, aplicar sanções pecuniárias em caso de incumprimento pela PT Comunicações das suas obrigações, incluindo as resultantes de determinações do Contraente Público ou do ICP-ANACOM emitidas nos termos da lei ou do contrato.
2. O montante das sanções pecuniárias varia em função da gravidade do incumprimento.
3. Se a PT Comunicações não proceder ao pagamento voluntário das sanções pecuniárias que lhe forem aplicadas no prazo de 20 dias, o Contraente Público pode utilizar a caução para pagamento das mesmas.
4. A aplicação de sanções pecuniárias é precedida da audiência da PT Comunicações, nos termos do artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo.
5. As sanções pecuniárias referidas nos números anteriores são aplicadas por decisão do Contraente Público sob proposta do ICP-ANACOM, produzindo os seus efeitos após comunicação à PT Comunicações, independentemente de qualquer outra formalidade.
6. Na determinação da gravidade do incumprimento devem ser tidos em conta, nomeadamente, a duração da infração, o facto de esta ser, ou não, reiterada, o grau de culpa da PT Comunicações e as consequências do incumprimento.
7. O montante da sanção pecuniária aplicada nos termos da presente cláusula reverte integralmente para o Estado, constituindo receita do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas, nos termos definidos na Lei do Fundo de Compensação.
8. O pagamento das sanções pecuniárias aplicadas nos termos da presente cláusula não isenta a PT Comunicações da responsabilidade civil por perdas e danos.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Cláusula 20.^a

Força maior

1. Verificando-se durante a vigência do contrato casos de força maior que impeçam o cumprimento das obrigações de qualquer das Partes ou obriguem à interrupção dos serviços objeto do contrato, há lugar à suspensão total ou parcial das correspondentes obrigações ou do contrato, pelo período correspondente ao da duração do caso de força maior, ou à revisão do contrato, quando tal se justifique.
2. A PT Comunicações obriga-se a comunicar de imediato ao Contraente Público a ocorrência de qualquer evento qualificável como caso de força maior ao abrigo do disposto na presente cláusula, bem como, no mais curto prazo possível, a indicar quais as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e bem assim as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto do referido evento.
3. A ocorrência de caso de força maior não exonera a PT Comunicações da adoção de todas as medidas e ações que estejam ao seu alcance para que seja acautelada a continuidade dos serviços objeto do contrato, nomeadamente no domínio do planeamento, de prevenção de operação e de meios humanos.
4. Considera-se caso de força maior todo o evento imprevisível e insuperável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias pessoais das Partes, designadamente as situações de catástrofe natural, atos de guerra ou subversão, alteração da ordem pública e incêndio.

Capítulo VII

Extinção do contrato

Cláusula 21.^a

Causas de extinção do contrato

1. Constituem causas de extinção do contrato:
 - a) A caducidade;
 - b) A revogação por acordo;



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

- c) A resolução.
2. Verificando-se a extinção do contrato, qualquer que seja a sua causa, a PT Comunicações fica obrigada a um dever de colaboração com o novo prestador do serviço universal, no sentido de assegurar a continuidade dos serviços.

Cláusula 22.^a

Caducidade

1. O contrato caduca quando se verificar o fim do respetivo prazo de vigência, extinguindo-se a relação contratual existente entre as Partes, sem prejuízo das disposições que, pela sua natureza ou pela sua letra, se destinem a perdurar para além daquela data.
2. O Contraente Público não é responsável pelos efeitos da caducidade do contrato nas relações contratuais estabelecidas entre a PT Comunicações e terceiros.

Cláusula 23.^a

Revogação por acordo

1. As Partes podem, a qualquer momento, revogar por acordo o contrato.
2. Os efeitos da revogação prevista no número anterior são os que forem validamente fixados por acordo.

Cláusula 24.^a

Resolução pelo Contraente Público

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato e do direito de indemnização nos termos previstos no CCP, o Contraente Público pode resolver o contrato quando se verifique:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

- a) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pela PT Comunicações das prestações que integram o serviço universal cuja disponibilização é contratada;
 - b) Ocorrência de deficiência grave na organização e desenvolvimento pela PT Comunicações das atividades objeto do contrato, em termos que possam comprometer a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pela lei e pelo contrato;
 - c) Incumprimento das obrigações associadas ao presente contrato, nomeadamente em termos de abrangência geográfica, parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho que, pela sua gravidade, ponha em causa a subsistência da relação contratual;
 - d) Oposição repetida ao exercício da fiscalização, reiterada desobediência às legítimas determinações do Contraente Público ou do ICP-ANACOM bem como a sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração;
 - e) A cessão de posição contratual ou a subcontratação de alguma das prestações do serviço universal, bem como a fusão ou cisão da PT Comunicações, sem a prévia autorização do Contraente Público;
 - f) O incumprimento de decisões judiciais ou arbitrais;
 - g) Apresentação da PT Comunicações à insolvência ou sua declaração pelo tribunal.
2. Verificando-se uma das situações que, nos termos do número anterior, possa motivar a resolução do contrato, o Contraente Público notificará a PT Comunicações para, no prazo que for fixado tendo em atenção a natureza da situação, sejam integralmente cumpridas as suas obrigações e corrigidas ou reparadas as consequências dos seus atos, exceto quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o Contraente Público tenha perdido o interesse na prestação.
3. Caso a PT Comunicações não promova a correção ou reparação das consequências do incumprimento nos termos determinados, ou quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o Contraente Público tenha perdido o interesse na prestação, este último, mediante proposta do ICP-ANACOM, pode resolver o contrato mediante notificação enviada à PT Comunicações.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

4. A resolução produz efeitos no prazo fixado pelo Contraente Público, mediante a notificação à PT Comunicações referida no número anterior, independentemente de qualquer outra formalidade.
5. Em caso de resolução, a PT Comunicações deve indemnizar o Contraente Público por todos os prejuízos causados, para além das sanções previstas na lei ou no contrato.
6. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a decisão de resolução pode impor à PT Comunicações a obrigação de continuar a assegurar a prestação dos serviços nos termos contratados, até que o Contraente Público tenha seleccionado outra entidade para a prestação dos serviços em causa, ficando a PT Comunicações obrigada a um dever de colaboração com o prestador do serviço universal que venha a ser designado, no sentido de assegurar a continuidade da prestação dos serviços.
7. Na situação prevista no número anterior, a PT Comunicações será compensada nos termos previstos na cláusula 13.^a, na proporção do período de tempo decorrido desde a notificação da resolução.

Capítulo VIII

Resolução de diferendos

Cláusula 25.^a

Resolução de conflitos

1. Os eventuais conflitos que possam surgir entre as Partes em matéria de aplicação, interpretação ou integração de lacunas do contrato são resolvidos por recurso a um tribunal arbitral, nos termos previstos no artigo seguinte.
2. A submissão de qualquer questão ao processo de resolução de conflitos não exonera a PT Comunicações do pontual cumprimento do presente contrato e das determinações do Contraente Público que no âmbito deste contrato lhe sejam comunicadas, incluindo as emitidas após a data daquela submissão, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades necessárias à prestação do serviço universal, que devem



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

continuar a processar-se nos termos especificados no contrato, até que uma decisão final seja obtida no processo de resolução de diferendos relativamente à matéria em causa.

Cláusula 26.^a

Tribunal Arbitral

1. Qualquer das Partes pode submeter o diferendo a um tribunal arbitral composto por 3 membros, nomeados um por cada parte no processo e o terceiro escolhido de comum acordo pelos árbitros que as Partes tiverem designado.
2. A Parte que decida submeter determinado diferendo a tribunal arbitral nos termos do número anterior apresenta os seus fundamentos e designa de imediato o árbitro da sua nomeação no requerimento de constituição do tribunal arbitral que dirija à outra parte através de carta registada com aviso de receção, devendo esta, no prazo de 15 dias úteis a contar da receção daquele requerimento, designar o árbitro da sua nomeação e deduzir a sua defesa.
3. Os árbitros designados nos termos do número anterior designam o terceiro árbitro do tribunal no prazo de 10 dias úteis a contar da designação do árbitro nomeado pela parte reclamada.
4. Na falta de acordo quanto à designação do terceiro árbitro, a escolha do árbitro em falta é feita pelo presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, a requerimento de qualquer das Partes.
5. O tribunal arbitral tem a sua sede em Lisboa e considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a ambas as Partes.
6. O tribunal arbitral pode ser assistido pelos peritos técnicos que considere conveniente designar, devendo, em qualquer caso, fazer-se assessorar por pessoas ou entidades com formação jurídica adequada em direito português.
7. O tribunal arbitral julga segundo o direito constituído e das suas decisões não cabe recurso, sem prejuízo do disposto na lei em matéria de anulação de decisão arbitral.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

8. As decisões do tribunal arbitral configuram a decisão final do processo de resolução de diferendos e incluem a fixação das custas do processo e a forma da sua repartição pelas Partes, devendo as mesmas ser proferidas no prazo máximo de 4 meses, contados da data de constituição do tribunal arbitral.

Capítulo IX

Disposições finais

Cláusula 27.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas por escrito outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas devem ser efetuadas por carta registada com aviso de receção e dirigidas para o representante de cada uma das Partes, nos seguintes endereços:

a) Estado:

Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

Ministério da Economia

Rua da Horta Sêca, n.º 15, 1200-221 Lisboa

b) PT Comunicações:

Presidente do Conselho de Administração

Rua Andrade Corvo, n.º 6, 1050-009 Lisboa

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra Parte por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 28.^a

Contagem dos prazos

À contagem dos prazos previstos no contrato aplica-se o disposto no artigo 471.º do CCP.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Cláusula 29.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, em particular pela LCE e pelo CCP.

Celebrado em Lisboa, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2014, em três exemplares originais, destinando-se um ao Estado, um à PT Comunicações e um ao envio ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia.

Pelo Estado Português

O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações



Sérgio Silva Monteiro

Pela PT Comunicações, S.A.



Luís Pacheco de Melo

Administrador



Pedro Durão Leitão

Administrador



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Anexo 1

Áreas Geográficas de Disponibilização do Serviço

Zonas	Distritos
Zona 1 - Norte	Braga
	Porto
	Viana do Castelo
	Aveiro
	Bragança
	Guarda
	Vila Real
	Viscu
Zona 2 – Centro	Coimbra
	Leiria
	Lisboa
	Santarém
	Castelo Branco
Zona 3 – Sul e Ilhas	Madeira
	Açores
	Portalegre
	Évora
	Setúbal
	Faro
	Beja





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Anexo 2

Especificações de Serviço

1. Oferta de Postos Públicos

De acordo com o artigo 87.º, alínea c) da LCE, a oferta adequada de postos públicos integra uma das prestações do serviço universal.

Nos termos do artigo 90.º da LCE, o Cocontratante deve, em conformidade com o n.º 3 do mesmo artigo, garantir que os postos públicos disponibilizados no âmbito da prestação do serviço universal permitam:

- a) O estabelecimento de chamadas telefónicas locais e nacionais, envolvendo números geográficos e não geográficos, em conformidade com o Plano Nacional de Numeração, e de chamadas telefónicas internacionais;
- b) O acesso gratuito aos vários sistemas de emergência, através do número único de emergência europeu «112» ou de outros números de emergência e de socorro definidos no Plano Nacional de Numeração, sem necessidade de utilização de moedas, cartões ou outros meios de pagamento; e
- c) O acesso a um serviço completo de informações de listas nos termos definidos na alínea c) do n.º 1 do artigo 89.º da LCE.

O estabelecimento das chamadas telefónicas acima referidas deve assegurar a comunicação com todos os utilizadores finais, independentemente do seu prestador de serviços.

O acesso aos postos públicos deve estar disponível durante 24 horas por dia, excetuando os postos públicos que estejam instalados no interior de edifícios de acesso não permanente que constituem locais de interesse social nos termos definidos no ponto seguinte, cuja utilização fica sujeita ao horário de funcionamento dos referidos edifícios.

Na instalação do parque de postos públicos ao abrigo da prestação de serviço universal contratada, o Cocontratante deve garantir a compatibilidade da mesma com as normas técnicas sobre acessibilidade das edificações urbanas, bem como com as disposições legais aplicáveis à utilização de espaços públicos e instalação de equipamentos para uso público na via pública (nomeadamente com o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto). O



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Cocontratante deve ainda assegurar que na utilização das estruturas instaladas os utentes beneficiem de adequada proteção das condições meteorológicas desfavoráveis, considerando as características do local da sua instalação.

2. Especificação da oferta

O parque de postos públicos a instalar e a manter anualmente pelo Cocontratante em cada uma das zonas definidas no Anexo 1, corresponde à aplicação do critério de um posto público por freguesia e mais um posto público para cada uma das freguesias com mais de 1.000 habitantes e ainda mais 32 por cento de postos públicos instalados em locais de interesse social, resultando assim no número de postos públicos indicado na tabela abaixo¹.

Para efeitos do cumprimento da presente obrigação, durante a vigência do contrato, a instalação de postos públicos deve ser feita com base nos limites administrativos das freguesias constantes da CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal de 2010, no número total de 4.260 freguesias (considerando-se o Município do "Corvo", para estes efeitos, como uma freguesia).

Zonas	Distritos	N.º de postos públicos (freguesias)	N.º de postos públicos em locais de interesse social	N.º de postos públicos (TOTAL)
Norte	Braga	765	1.177	4.855
	Porto	688		
	Viana do Castelo	362		
	Bragança	317		
	Vila Real	319		

¹ A listagem de freguesias usada corresponde à que consta da carta administrativa oficial de Portugal de 2010 (CAOP 2010), disponível no seguinte sítio da Internet <http://www.igco.pt/produtos/cadastro/caop/versao2010.htm>, e os dados de população correspondem aos resultados provisórios dos Censos 2011, atualizados à data de 7 de dezembro de 2011, relativos à população residente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no seu sítio da Internet.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Zonas	Distritos	N.º de postos públicos (freguesias)	N.º de postos públicos em locais de interesse social	N.º de postos públicos (TOTAL)
	Aveiro	384		
	Guarda	365		
	Viscu	478		
	Sub-Total	3.678	1.177	
Centro	Castelo Branco	198	485	2.002
	Coimbra	320		
	Leiria	266		
	Lisboa	425		
	Santarém	308		
	Sub-Total	1.517	485	
Sul e Ilhas	Madeira	95	331	1.365
	Açores	237		
	Portalegre	124		
	Évora	130		
	Setubal	154		
	Beja	144		
	Faro	150		
	Sub-Total	1.034	331	

O Cocontratante deve assegurar que uma parte do parque total de postos públicos a instalar seja adaptado a deficientes com cadeiras de rodas. O número de postos públicos adaptados a deficientes com cadeiras de rodas que o Cocontratante deve instalar em cada zona geográfica deve ser de 5 por cento do total do parque a instalar, competindo ao Cocontratante determinar a sua localização mais adequada.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Para efeitos da instalação de postos públicos constituem locais de interesse social:

- (i) aeroportos;
- (ii) estabelecimentos de ensino;
- (iii) estabelecimentos prisionais;
- (iv) estações de metropolitano;
- (v) hospitais e centros de saúde;
- (vi) terminais ferroviários;
- (vii) terminais rodoviários;
- (viii) tribunais;
- (ix) lojas do cidadão.

Sem prejuízo da possibilidade de os equipamentos a instalar nos postos públicos poderem aceitar diferentes formas de pagamento, o Cocontratante deve assegurar que 95 por cento dos postos públicos por si instalados aceitam moedas como forma de pagamento.

Os postos públicos a instalar devem possibilitar a realização de comunicações com recurso a cartões virtuais de chamadas de outros operadores quando por estes solicitado. Para o efeito, caso o Cocontratante preste o serviço de cartões virtuais de chamadas, deverá solicitar ao(s) outro(s) prestador(es) do serviço universal de postos públicos que os seus cartões possam ser utilizados nos postos públicos desse(s) prestador(es), não podendo tal pedido ser recusado.

O Cocontratante deve garantir que, em todos os postos públicos, ou quando tal não for possível, em locais próximos dos mesmos, são publicitados de forma bem perceptível para os utilizadores os serviços disponibilizados, bem como informação sobre as tarifas e meios de pagamento aceites e, quando aplicável, sobre os procedimentos de devolução de troco adotados.

Sem prejuízo do cumprimento das obrigações relativas ao número de postos públicos instalados e respetiva dispersão, sempre que o Cocontratante considerar necessária a desinstalação de um posto público, deve afixar de modo visível, no posto público que será objeto de remoção, ou quando tal não for possível, em locais próximos dos mesmos e com pelo menos um mês de antecedência relativamente à data de remoção, um aviso sobre tal remoção.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

De igual forma, sem prejuízo do cumprimento das obrigações relativas ao número de postos públicos instalados e respetiva dispersão, sempre que a desinstalação de um posto público resulte na remoção da totalidade de postos públicos instalados numa localidade, o Cocontratante deve, previamente a essa desinstalação, auscultar os utilizadores potencialmente afetados, consultando para o efeito, nomeadamente, as respetivas autarquias locais e, tratando-se de um local de especial interesse social, as entidades responsáveis pelo mesmo.

O Cocontratante deve transmitir previamente ao ICP-ANACOM informação fundamentada nos casos de remoção ou de realocação dos postos públicos.

3. Preços das chamadas

A prestação do serviço universal de postos públicos deve ser feita atendendo à necessidade de garantir a acessibilidade dos respetivos preços para os utilizadores finais do serviço, assegurando que estes possam usufruir de um meio de aceder a uma rede de comunicações pública e de efetuar chamadas telefónicas através da mesma.

O sistema de preços dos serviços contratados baseia-se nos princípios da não discriminação na sua aplicação, garantindo a igualdade de tratamento a todos os utilizadores em igualdade de circunstâncias, e da uniformidade geográfica.

Atendendo ao objetivo geral de acessibilidade e aos princípios da não discriminação e da uniformidade tarifária, o Cocontratante deve disponibilizar um tarifário aplicado uniformemente, quer em cada uma das zonas geográficas incluídas na prestação do serviço universal, quer entre todas as zonas geográficas em que a prestação é contratada.

O Cocontratante obriga-se ao cumprimento do *price cap* anual não superior a IPC-2,75 por cento, aplicável à componente preço das comunicações para a mesma rede e para outras redes fixas e móveis. A verificação do cumprimento de tal regra é efetuada numa base anual, com exceção do primeiro e segundo anos do contrato para os quais deve ser garantido que a variação de preços acumulada é no mínimo equivalente à aplicação do *price cap* correspondente a dois anos.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

No cumprimento da regra do *price cap*, quando o valor da inflação for igual ou inferior a 2,75 por cento, o Cocontratante não está obrigado a proceder a uma variação nominal negativa, podendo manter os preços sem alteração.

O ponto de partida para os preços a praticar pelo Cocontratante deve ser o preço praticado pelo prestador do serviço universal à data da publicação dos instrumentos que enformam o Concurso, no respetivo tarifário de postos públicos, pelo que é aplicável um preço uniforme nas chamadas originadas nos postos públicos para a mesma rede e outras redes fixas.

O Cocontratante deve, anualmente, e em conjunto com os restantes prestadores designados para a prestação do serviço universal de oferta de postos públicos, caso aplicável, chegar a acordo sobre a melhor forma de refletir a aplicação do *price cap* no respeito pelos termos e condições definidos neste contrato. O acordo alcançado deve ser submetido ao ICP-ANACOM para aprovação até ao final do mês de setembro do ano anterior ao da entrada em vigor do tarifário de postos públicos. Caso não haja acordo, o ICP-ANACOM fixará o preço até ao final do mês de dezembro do mesmo ano, com base no perfil de tráfego global, a nível nacional.

4. Condições grossistas

Nas chamadas originadas em postos públicos do Cocontratante que não estão suportados em infraestrutura própria, o Cocontratante tem direito a receber a majoração em conformidade com o que em cada momento for estabelecido pelo ICP-ANACOM para a oferta de referência de interligação da PT Comunicações, S.A., para a originação de chamadas em postos públicos.

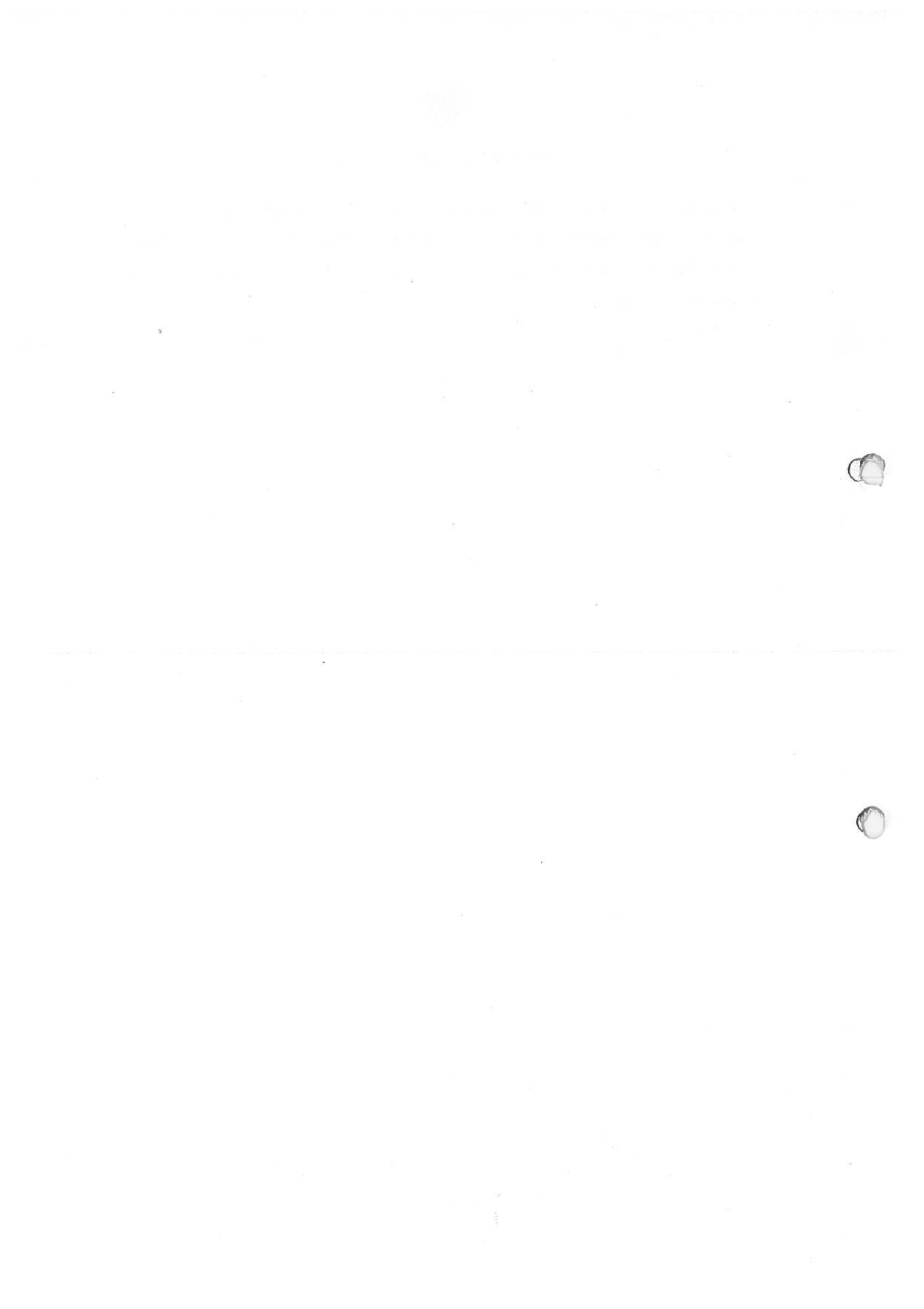
5. Publicação da Informação

O Cocontratante deve publicar anualmente informação detalhada sobre os postos públicos que se encontram disponíveis por zona geográfica contratada e desagregada ao nível das freguesias, respetivos concelhos e distritos.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

A informação em causa deve também especificar os meios de pagamento aceites nos postos públicos em causa e, quando aplicável, os procedimentos de devolução de troco adotados, funcionalidades para utilizadores com necessidades especiais e demais facilidades do referido parque de postos públicos.





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Anexo 3

Parâmetros de Qualidade de Serviço e Objetivos de Desempenho

1. Enquadramento

De seguida é estabelecido o parâmetro de qualidade de serviço e objetivo de desempenho aplicável às prestações do serviço universal de oferta de postos públicos, o qual o Cocontratante se encontra obrigado a cumprir, sem prejuízo do cumprimento do Regulamento n.º 46/2005, publicado em 14 de junho (Regulamento da Qualidade de Serviço)².

O parâmetro (PQS) deve ser medido a nível regional, para cada uma das zonas geográficas abrangidas pela prestação do serviço.

Sem prejuízo do reporte trimestral, o período de referência para efeitos de cumprimento do PQS é correspondente a um ano.

2. Parâmetro de Qualidade de Serviço

Percentagem de postos públicos de moedas e cartão em boas condições de funcionamento

À semelhança da definição apresentada na versão 1.1.1 do documento ETSI EG 201 769-1, a "percentagem de telefones públicos de moedas e cartão em boas condições de funcionamento" corresponde à medição do tempo, em dias, durante o qual os postos públicos existentes se encontram em condições de funcionamento.

Para efeitos da medição do PQS, e à semelhança do considerado na versão 1.1.1 do documento ETSI EG 201 769-1, considera-se que um posto público se encontra em condições de funcionamento quando o consumidor consegue aceder aos serviços telefónicos publicitados no posto público como normalmente disponíveis. Nesse contexto, consideram-se condições de funcionamento, em particular, as condições físicas do aparelho, obtenção do sinal de marcação e conclusão e correta tarifação das chamadas. Entende-se não se encontrar

² Regulamento aplicável ao serviço de acesso à rede telefónica pública em local fixo e ao serviço telefónico acessível ao público em local fixo, alterado pelo Regulamento n.º 372/2009, publicado em 28 de agosto.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

em condições de funcionamento um posto público que aceite moedas e cartões como modos de pagamento e em que apenas um ou nenhum destes esteja operacional.

No âmbito do PQS, o Cocontratante deve prestar informação sobre o número total de dias completos durante o qual os postos públicos existentes se encontram em condições de funcionamento durante o período de referência, devendo, para esse efeito, manter registos fiáveis e auditáveis sobre a ocorrência e a duração de avarias nos postos públicos.

O PQS deve ser calculado dividindo o número de dias completos durante o qual os postos públicos existentes se encontram em condições de funcionamento pelo número potencial de dias de serviço do parque médio de postos públicos.

3. Método de medição

Parâmetro	Medição	
	Indicador	Método
Percentagem de postos públicos de moedas e cartão em boas condições de funcionamento (PQS)	Percentagem de dias completos durante o qual os postos públicos existentes se encontram em condições de funcionamento relativamente ao número potencial de dias de serviço do parque médio de postos públicos	Totalidade das ocorrências observadas durante o período de referência

4. Objetivo de desempenho

Percentagem de postos públicos de moedas e cartão em boas condições de funcionamento (PQS)

O objetivo de desempenho aplicável ao PQS é o seguinte:



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Indicador	Objetivo
Percentagem de dias completos durante o qual os postos públicos existentes se encontram em condições de funcionamento relativamente ao número potencial de dias de serviço do parque médio de postos públicos	96%

5. Informações a prestar pelo Cocontratante aos consumidores

O Cocontratante deve, anualmente, anunciar a informação sobre os níveis de desempenho apurados, no âmbito da medição do parâmetro definido neste anexo, no prazo máximo de um mês após o final de cada ano de prestação do serviço contratado.

A informação em causa é relativa ao período de um ano, contado do mês de início da prestação dos serviços.

A informação a publicar é desagregada por zona geográfica e por distrito. A informação sobre qualidade de serviço deve ser divulgada na página da Internet do Cocontratante em anúncio bem visível e facilmente identificável.





MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Anexo 4

Informações a remeter ao ICP-ANACOM

O Cocontratante deve remeter ao ICP-ANACOM, com uma periodicidade trimestral ou anual, consoante indicado *infra*, relatórios de desempenho dos serviços prestados, incluindo informação detalhada sobre os postos públicos instalados, sobre o tráfego, sobre postos públicos disponibilizados a clientes com deficiência, e sobre os níveis de desempenho dos parâmetros de qualidade de serviço, conforme seguidamente se explicita.

1. Informação sobre postos públicos

O Cocontratante deve remeter ao ICP-ANACOM, trimestralmente, até ao final do mês subsequente ao trimestre a que respeita, informação estatística com o seguinte detalhe, por zona geográfica:

- a) Parque total de postos públicos que possui, por freguesias, concelhos e distritos, por meio de pagamento aceite;
- b) Postos públicos instalados em locais de especial interesse social, desagregado por freguesias, concelhos e distritos;
- c) Número de postos públicos que correspondem a novas instalações e a remoções ocorridas no trimestre respetivo, desagregado ao nível de freguesias, concelhos e distritos.

O Cocontratante deve, anualmente, prestar informações sobre as diligências efetuadas no âmbito da desinstalação de postos públicos que resultaram na remoção da totalidade do parque de postos públicos numa dada localidade.

O Cocontratante deve também prestar informações, anualmente, sobre o número de postos públicos que, para além do serviço de voz, também permitam o acesso à Internet, informação que deve ser desagregada para cada zona geográfica contratada, ao nível do distrito.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

2. Informação sobre tráfego

O Cocontratante deve prestar, anualmente, até ao último dia útil do mês seguinte ao final de cada ano, a seguinte informação:

- a) Número total de minutos originados no parque de postos públicos, desagregado por zona geográfica onde o serviço foi contratado;
- b) Quantidade de minutos e quantidade de chamadas, desagregada por cada zona geográfica onde o serviço foi contratado e pelos seguintes tipos de tráfego e respetivas faixas horárias:
 - i. Tráfego originado e terminado no Cocontratante;
 - ii. Tráfego originado no Cocontratante e terminado em Portugal noutros operadores de rede fixa;
 - iii. Tráfego originado no Cocontratante e terminado em Portugal noutros operadores de rede móvel.
- c) Peso de cada uma das componentes do cabaz em termos de receitas no total das receitas do cabaz.

3. Postos públicos adaptados a clientes com deficiência

O Cocontratante deve remeter ao ICP-ANACOM, até ao último dia útil do mês seguinte ao final de cada trimestre, por zona geográfica contratada, o número de postos públicos adaptados a clientes com deficiência, explicitando as funcionalidades disponibilizadas.

4. Parâmetros de qualidade de serviço

O Cocontratante deve remeter ao ICP-ANACOM, até ao último dia útil do mês seguinte ao final de cada trimestre, um relatório com medições mensais do parâmetro fixado no Anexo 3. Para além do reporte trimestral com medições mensais dos níveis de qualidade, deve também ser remetido um reporte adicional com as medições correspondentes a períodos de um ano – 12 meses, a contar do mês de início da prestação dos serviços do contrato.

A informação relativa ao PQS deve ser remetida com uma desagregação por distrito, para além de por zona geográfica.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

O Cocontratante deve remeter anualmente ao ICP-ANACOM, até ao último dia útil do mês de janeiro, indicação do *link* para a página da Internet onde, nos termos da secção 5 do Anexo 3, disponibiliza a informação sobre a qualidade de serviço.

Quando num determinado período ocorram situações de natureza imprevisível, tais como catástrofes ou outros casos de força maior, na informação relativa à qualidade de serviço praticada, o Cocontratante deve:

- a) Informar sobre as situações de natureza imprevisível ou de força maior registadas;
- b) Disponibilizar informação, detalhando quer o parâmetro real quer o parâmetro expurgado das ocorrências referidas em a), bem como nota explicativa das diferenças observadas.

Sem prejuízo do reporte trimestral com medições mensais dos níveis de qualidade, o período de referência para efeitos de procedimentos sancionatórios é correspondente a um ano civil.

5. Prazos

O Cocontratante tem que dar cumprimento às obrigações de disponibilização de informação previstas nos pontos anteriores, no prazo máximo de 6 meses a contar da data do início da prestação dos serviços contratados.